

RELAÇÕES DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR.

RAÍSSA R. S. da APRESENTAÇÃO¹, NATÁLIA N. BRAGA²

¹ Graduanda em Licenciatura em Matemática, IFSP, Câmpus Caraguatatuba, apresentacao.r@aluno.ifsp.edu.br

² Docente do Curso de Licenciatura em Matemática, IFSP, Câmpus Caraguatatuba, natalianb.ifsp@gmail.com

Área de conhecimento (Tabela CNPq): Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação– 7.08.05.02-4

RESUMO: O termo “gênero” possui uma definição oriunda de construções acerca de diferenças biológicas dos sexos. Um dos meios de combater os estereótipos e preconceitos relacionados à diversidade de gênero faz-se por meio da ação da Instituição Escola, quando ela cumpre seu papel enquanto agente transformador da sociedade construindo e desconstruindo conceitos tidos como verdades absolutas. Dessa forma, o presente trabalho teve por finalidade analisar como a Instituição Escola tem abordado as questões de gênero no que tangem os papéis sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Diversidade; Práticas Escolares; Ensino Médio.

1 INTRODUÇÃO

Apesar de não se referir especificamente às questões de gênero, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura o respeito à diversidade de gênero no art. 3º inciso IV quando afirma: "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"; ideias essas reforçadas por meio do art. 5º que frisa a igualdade de todos perante a Lei como uma condição necessária ao exercício da cidadania. Desse modo temos certificado dentro de nossa legislação o direito universal independente de "ser homem", "ser mulher" ou não se identificar plenamente com este binarismo.

Para Stearns (2017) tanto julgamentos quanto mitos sobre os padrões de comportamento de gênero, são oriundos de contato internacional. “Frequentemente, de fato, não apenas julgamentos, mas também mitos sobre padrões de gênero exóticos são produtos cruciais de contato internacional.” (p. 18-19).

Historicamente, em vias gerais, todas as identidades de gênero que diferiam ou questionavam a primazia do masculino enquanto dominante foram rechaçadas socialmente ou perdiam força à medida que tinham contato com a cultura europeia dominante. (STEARNS, 2017).

O termo “gênero” possui, de um modo amplo na sociedade, uma definição oriunda das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos (BRASIL, 1997, p. 296). O termo gênero, ampliando a visão restrita da diferença entre homens e mulheres, foi descrito formalmente pela primeira vez em 1995, por Donna Haraway como “um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta” (HARAWAY, 1995, apud LOURO, 2007, p. 221). O Dicionário Aurélio (HOLANDA, apud SCOTT, 1989) traz essa mesma palavra do seguinte modo: “categoria que indica por meio de desinências uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro.”

Embora o uso do gênero possa vir de uma cadeia de relações às quais possibilita a inclusão do sexo, seu uso não é nem determinante nem determinado pela sexualidade em si. Essas relações são meramente sociais, e o gênero não explica como ou porquê elas são construídas e funcionam. Ainda, conforme a Louro (2007), ao passo em que historiadores investigam os modos de como a concepção de gênero não somente legitima como também estabelece as relações sociais, passam a entender, a "natureza recíproca" entre o gênero e a sociedade e suas particularidades, como por exemplo como o gênero e a política constroem um ao outro. Seria então, o gênero, “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), lei que regulamenta todo o sistema educacional brasileiro, não apresenta em seu corpo qualquer citação ou referência às questões gênero, contudo ressalta no art. 2 que a educação tem por finalidade o desenvolvimento pleno do discente enquanto cidadão tendo por base os "princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana", reforçando no art. 3 o "respeito à liberdade e apreço à tolerância". Em complemento o art. 26, parágrafo 9 traz que temáticas relacionadas aos direitos humanos e prevenção as diversas formas de violência às crianças e adolescentes serão abordadas a partir dos temas transversais, e no parágrafo 7, que a complementação curricular poderá incluir projetos e pesquisas que envolvam os temas transversais.

Mesmo com limitações, a escola participa da formação moral de seus alunos. Valores e regras são transmitidos pelos professores, pelos livros didáticos, pela organização institucional, pelas formas de avaliação, pelos comportamentos dos próprios alunos, e assim por diante. Então, ao invés de deixá-las ocultas, é melhor que tais questões recebam tratamento explícito para que possam ser tratadas de forma não estigmatizada pela sociedade. De acordo como o Caderno de Orientação Sexual, dos Temas Transversais (BRASIL, 1997), sendo a escola um espaço de socialização dos conhecimentos e práticas culturais, as relações

que ocorrem em tal ambiente, algumas vezes acabam por traduzir estereótipos e preconceitos. Nessa perspectiva, partindo das diferenças de sexo, que acabam por qualificar as relações gênero, o presente trabalho possuiu por objetivo geral verificar se a temática de questões de gênero vem sendo abordada na ótica de identificação de papéis sociais, e objetivos específicos compreender como estão sendo trabalhados os conteúdos de gênero em uma escola pública do litoral norte do Estado de São Paulo, bem como analisar o que os alunos e professores de matemática e biologia, do primeiro ano do ensino médio de escolas públicas do litoral norte do Estado de São Paulo pensam acerca de gênero no contexto social.

A presente pesquisa se mostra importante a medida que também pretendeu realizar uma intervenção proporcionando a reflexão crítica acerca do respeito à diversidade de gênero, a construção de representações positivas sobre a diversidade nas representações sociais, bem como proporcionar a reflexão acerca da necessidade de superação de práticas discriminatórias em uma escola que pretenda cumprir plenamente sua função social, assim como uma potencial contribuição dentro do núcleo de conhecimentos científicos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para que tais objetivos fossem ser plenamente atingidos, o trabalho teve como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa e metodologia de pesquisa-ação, uma vez que a proposta visou a compreensão da realidade que se estabelece na escola a respeito do tratamento da temática de gênero, além de propor uma estratégia de intervenção, com o intuito de trabalhar a temática junto aos alunos na perspectiva do respeito à diversidade.

O trabalho foi desenvolvido em 4 etapas, sendo respectivamente: a análise qualitativa do currículo da Instituição, contemplando os documentos que norteiam o trabalho educativo da escola como Projeto Político Pedagógico; verificação junto a alunos e professores se a temática expressa nos documentos oficiais é abordada no cotidiano escolar e de que forma o trabalho educativo acerca das questões de gênero é concretizado, tal etapa foi cumprida por meio de entrevistas realizadas junto a professores e alunos; realização da análise qualitativa das respostas obtidas por meio das entrevistas realizadas junto a alunos e professores, essa análise teve como intuito problematizar a relação que se estabelece entre o currículo oficial e as práticas que ocorrem no âmbito educativo; proposta de uma atividade de intervenção junto aos alunos com o intuito de problematizar as questões, estereótipos e paradigmas de diversidade relacionados a gênero.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A temática de tratativa das relações de gênero dentro da escola de educação básica ainda é considerada um tabu, enfrentando grande resistência até mesmo quando se trata de pesquisa. Com relação a 1ª etapa da pesquisa, que seria a análise qualitativa dos documentos da escola, surgiu o primeiro impedimento visto que o acesso foi apenas ao regimento da escola.

Foi observado interesse por parte dos alunos em trabalhar com a temática, entretanto não houve a anuência dos pais.

A docente que assumiu as aulas de biologia para o 1º ano do Ensino Médio se mostrou empolgada com o trabalho, aceitando participar da entrevista, a qual ocorreu no mês de junho de 2018. A professora relatou ser licenciada em Educação Física, estando trabalhando na educação básica há 6 anos. Afirmou conhecer muito pouco sobre questões de gênero, tendo contato com a temática através da novela “A Força do Querer”, o qual havia um personagem transexual. Para ela, até então a tratativa era apenas sobre gays e héteros, referentes à “opção” sexual. Cabe ressaltar que vem a ser “um equívoco dizer que se trata de uma opção sexual, pois não depende de escolhas conscientes nem pode ser aprendida” (BRASIL, 2011, p.15). Ainda, segundo Junqueira (2009) o termo “orientação sexual” vem a ser mais adequada para a tratativa dos desejos sexuais e amorosos, sendo amplamente empregada tanto por ativistas dos direitos humanos, quanto por cientistas, visto que tal fato não decorre da racionalidade do sujeito.

Para a docente tais tratativas “não fazem parte do trabalho do professor”, complementando que as questões de gênero “não estão contempladas no Currículo” afirmando logo em seguida trabalhar com orientação e prevenção à DSTs e gravidez, deixando evidente o desconhecimento da legislação vigente.

De acordo com Costa (1995), a tratativa de relações de gênero foi pouco abordada e explorada nos estudos sobre educação, resultando, dentre outras coisas, a errônea concepção de que estão presentes na escola apenas as diferenças de classes, ignorando outras dimensões e diversidades, como de gênero, geração e etnia. Ainda segundo o Caderno de Orientação Sexual, dos Temas Transversais, "Atualmente, reivindica-se a inclusão da categoria de gênero, assim como etnia, na análise dos fenômenos sociais, com o objetivo de retirar da invisibilidade as diferenças existentes entre os seres humanos que, por vezes, encobrem discriminações" (p. 322).

Não foi possível o contato com o professor da disciplina de matemática para o prosseguimento da pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o respeito à diversidade esteja assegurado na Legislação, sobretudo no que diz respeito às práticas educativas, ainda se identifica a dificuldade da escola em lidar com as questões de identidade de gênero. Entretanto, tal dificuldade poderia ser amenizada uma vez que a instituição e os profissionais envolvidos no processo educativo estejam dispostos a realizar trabalhos como palestras, rodas de conversa e apresentações culturais relacionados a essa temática, independentemente do nível e modalidade escolar a qual atende.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao, acesso em 13 de dez de 2016.

_____. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educacional. Lei 9394/96. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm, acesso em 07 de dez de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. Educação em Revista. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva.

STEARNS, Peter N. História das relações de Gênero. Local: Editora contexto, 2017.